i) Autorizar despesas de representação dos serviços, dentro dos limites das competências ora delegadas;

j) Autorizar, nos termos da lei, a condução de viaturas oficiais por trabalhadores não integrados na carreira de assistente operacional com as funções de motorista, em deslocações de serviço dentro do território nacional.

2 — A presente delegação de competências não prejudica os poderes de avocação e superintendência.

3 — A presente delegação de competências produz efeitos a partir de 19 de outubro de 2018, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

19 de outubro de 2018. — O Inspetor-Geral da Defesa Nacional, *José Manuel Esperança da Silva*.

311752722

Marinha

Superintendência do Pessoal

Aviso n.º 16004/2018

Concurso Interno Limitado de Admissão ao Curso de Formação Complementar de Oficiais, que habilita ao ingresso nos Quadros Permanentes da Marinha, na Classe Técnicos Superiores Navais 2018.

1 — Nos termos do n.º 5 da Portaria n.º 1129/2000, de 29 de novembro, alterada pela Portaria n.º 853/2009, de 11 de agosto, e conforme despacho de S. Exa. Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 35/14¹, de 26 de novembro, torna-se público que se encontra aberto durante 15 dias úteis, após publicação no *Diário da República*, o concurso interno limitado aos militares da Marinha, para o preenchimento de 6 (seis) vagas para admissão ao Curso de Formação Complementar de Oficiais de 2018 (CFCO 2018), que habilita ao ingresso nos Quadros Permanentes (QP) da Marinha, na classe de Técnicos Superiores Navais (TSN).

2 — O concurso destina-se ao preenchimento das seguintes vagas:

- a) Área de “Desporto” (DESP) — 1 vaga;
- b) Área de “Geografia e Geologia” (GEO) — 1 vaga;
- c) Área de “Direito” (JUR) — 1 vaga;
- d) Área de “Línguas e Literatura — Inglês” (LING) — 1 vaga;
- e) Área de “Mecânica” (MEC) — 1 vaga;
- f) Área de “Relações Internacionais” (RI) — 1 vaga;

3 — As eventuais vagas não preenchidas de qualquer uma das áreas de formação referidas no parágrafo 2 do presente aviso são transferidas com a seguinte ordem de prioridade:

a) 1.ª Uma vaga, a atribuir ao candidato que obtiver melhor classificação final de entre as seguintes áreas:

- (1) Área de “Contabilidade” (CONT);
- (2) Área de “Gestão” (GES);
- (3) Área de “Economia” (ECON);

b) 2.ª Área de “Eletrotécnica, Eletrónica, Telecomunicações e Computadores” (ELT) — 1 vaga;

- c) 3.ª Área de “Direito” (JUR) — 1 vaga;
- d) 4.ª Área de “Mecânica” (MEC) — 1 vaga;
- e) 5.ª Área de “Ciências da Educação” (EDU) — 1 vaga;
- f) 6.ª Área de “Desporto” (DESP) — 1 vaga;

4 — As eventuais vagas não preenchidas dos parágrafos 2 e 3 do presente aviso, serão preenchidas de acordo com uma análise casuística em função das vagas entretanto preenchidas.

5 — Em conformidade com o previsto no n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, “Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado” (RI), “Os militares que prestem ou tenham prestado serviço em RC, pelo período mínimo de três anos beneficiam, durante a prestação de serviço e até ao limite de três anos subsequentes à data de cessação do seu contrato, de um contingente mínimo de 35 % do número total de vagas”, correspondendo a 3 vagas.

6 — O preenchimento das vagas colocadas a concurso será feito sequencialmente por ordem decrescente da classificação final obtida pelos candidatos, tendo em conta que de acordo com o previsto no

n.º 2 do artigo 25.º do RI, os candidatos que concorram ao abrigo deste regulamento, “beneficiam de direito de preferência, em caso de igualdade de classificação”.

7 — Constituem condições gerais de admissão, as seguintes:

a) Estar habilitado, à data de abertura do concurso, com o 1.º e 2.º ciclos de estudo do ensino superior após a adequação ao processo de Bolonha ou equivalente (licenciatura obtida antes da adequação ao processo de Bolonha), desde que se reportem à mesma área de formação;

b) Ter idade não superior a 38 anos, até 31 de dezembro do ano de abertura do concurso;

c) Ter cumprido, à data limite para a apresentação da candidatura, pelo menos dois anos de serviço efetivo ou três anos de serviço efetivo para os candidatos destinados a prover as vagas previstas no parágrafo 5 do presente aviso.

8 — A candidatura ao concurso é formalizada em requerimento, conforme modelo em anexo A. Os candidatos deverão fazer chegar à Direção de Pessoal, preferencialmente por correio eletrónico (dp.rrs.rec.int@marinha.pt) até à data de fecho do concurso, cópia digital do requerimento e de toda a documentação.

9 — Documentação a juntar ao requerimento:

a) Certificado de registo criminal;

b) Certificado de habilitação académica correspondente à indicada no aviso de abertura do concurso, o qual deve mencionar a respetiva classificação final;

c) “Curriculum Vitae” e outros documentos que comprovem o mérito profissional e científico do candidato, em particular os documentos que permitam proceder à “avaliação disciplinar” e à “avaliação da formação e complementar” do candidato, conforme previsto no Anexo Bravo ao Despacho de S. Exa. Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 35/14, de 26 de novembro.

d) Declaração de consentimento prévio conforme anexo B.

10 — O candidato é responsável por entregar todos os documentos acima referidos, independentemente de constarem no seu processo individual.

11 — A situação relativamente à “avaliação disciplinar”, bem como os documentos que dizem respeito à “avaliação da formação e complementar”, são considerados até ao prazo de concretização da candidatura.

12 — Todas as notificações assim como as convocatórias serão efetuadas através do mesmo endereço de correio eletrónico (email) utilizado para efetuar a respetiva candidatura, sem prejuízo do uso do sistema de mensagens militar, bem como dos endereços de correio eletrónico individuais de Marinha.

13 — O concurso compreende duas fases, documental e de prestação de provas, com caráter eliminatório, à exceção da prova de entrevista, que visam, respetivamente, verificar se os candidatos preenchem as condições gerais de admissão ao concurso e determinar a adequação de cada candidato ao ingresso na classe de TSN QP.

14 — A fase de prestação de provas compreende a realização de exames psicológicos, provas físicas, exames médicos, testes de língua inglesa e entrevista.

15 — A constituição do júri de seleção do concurso será estabelecida por Despacho de S. Exa. o Contra-almirante Superintendente do Pessoal, nos termos do despacho de S. Exa. Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 35/14, de 26 de novembro.

16 — A constituição do júri para a condução das entrevistas aos candidatos ao concurso será estabelecida por Despacho de S. Exa. o Diretor de Pessoal, nos termos do despacho de S. Exa. Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 35/14, de 26 de novembro.

17 — Para a avaliação do fator cultura naval e grau de conhecimento geral da organização e das missões da Marinha da prova de entrevista, indica-se a seguinte bibliografia:

a) Decreto-Lei n.º 331/80, de 28 de agosto. *Diário da República* 1.ª série n.º 198 (28-08-1980) 2397-2431 alterado pelo Decreto-Lei n.º 214/81, de 16 de julho. *Diário da República* 1.ª série n.º 161 (16-07-1981) 1728-1732 (Regulamento de Continências e Honras Militares);

b) Decreto-Lei n.º 185/14, de 29 de dezembro. *Diário da República* 1.ª série, n.º 250 (29-12-2014) 6397-6406 (Lei Orgânica da Marinha);

c) Decreto-Lei n.º 90/15, de 29 de maio. *Diário da República* 1.ª série, n.º 104 (29-05-2015) 3198-3253 (Estatuto dos Militares das Forças Armadas);

d) Despacho do ALM CEMA n.º 41/99, de 29 de junho (Regulamento Interno das Forças e Unidades Navais);

e) Despacho do ALM CEMA n.º 50/99, de 28 de julho (Ordenança do Serviço Naval. Cerimonial Marítimo);

f) Despacho do ALM CEMA n.º 19/00, de 11 de abril (Regulamento Geral do Serviço Naval em Terra — RGSNT);

g) Lei n.º 11/89, de 01 de junho. *Diário da República* 1.ª série, n.º 125 (01-06-1989) 2096-2097 (Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar);

h) Lei n.º 100/2003, de 15 de novembro. *Diário da República* 1.ª série-A, n.º 265 (15-11-2003) 7800-7821 (Código de Justiça Militar);

i) Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. *Diário da República* 1.ª série-A, n.º 155 (12-08-2005) 4642-4686 (Constituição da República Portuguesa);

j) Lei Orgânica n.º 2/2009, de 22 de julho. *Diário da República* 1.ª série, n.º 140 (22-07-2009) 4667-4684 (Regulamento de Disciplina Militar);

k) Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, que alterou e republicou a Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho. *Diário da República* 1.ª série n.º 166 (29-08-2014) 4545-4557 (Lei de Defesa Nacional);

l) Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, que alterou e republicou a Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho. *Diário da República* 1.ª série n.º 167 (01-09-2014) 4597-4611 (Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas);

m) PMA 2 — O NAVIO, de 08 de fevereiro de 1999.

ANEXO A

Exmo. Senhor

Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada

.... (NII),... (POSTO),... (CLASSE),... (NOME COMPLETO),... (IDADE),... (ESTADO CIVIL),... (FILIAÇÃO),... (NATURALIDADE),... (N.º E DATA VALIDADE DO BILHETE DE IDENTIDADE MILITAR),... (RESIDÊNCIA),... (CONTACTO TELEFÓNICO),... (ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO), atualmente a prestar serviço no(a)...., requer ser admitido ao Concurso Interno Limitado de Admissão ao Curso de Formação Complementar de Oficiais (CFCO), que habilita ao ingresso nos Quadros Permanentes (QP) da Marinha, na Classe Técnicos Superiores Navais (TSN)... (ANO), conforme aviso n.º .../18 publicado no *Diário da República* n.º ... de ... de 2018.

Pede deferimento

(Data)

(Assinatura)

(Visto do Comandante, Diretor ou Chefe)

ANEXO B

Declaração de consentimento prévio

... (NII),... (POSTO),... (CLASSE),... (NOME COMPLETO), candidato(a) ao Concurso Interno Limitado de Admissão ao Curso de Formação Complementar de Oficiais (CFCO), que habilita ao ingresso nos Quadros Permanentes (QP) da Marinha, na Classe Técnicos Superiores Navais (TSN)... (ANO), conforme aviso n.º .../18 publicado no *Diário da República* n.º ... de ... de 2018, autorizo que as notificações no âmbito do presente procedimento sejam efetuadas para o correio eletrónico... (identificar a caixa postal eletrónica), conforme o disposto no n.º 1, do artigo 63.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

(Data)

(Assinatura)

¹ Publicado na *Ordem da Armada*, 1.ª Série, n.º 49, de 26 de novembro de 2014.

22 de outubro de 2018. — O Chefe da Repartição de Recrutamento e Seleção, Capitão-de-Mar-e-Guerra, *João Pedro Maurício Barbosa*.

311753208

Aviso n.º 16005/2018

Concurso de Admissão ao Curso de Formação Militar Complementar de Oficiais que habilita ao ingresso na Categoria de Oficiais dos Quadros Permanentes na Classe de Músicos 2018.

Nos termos do disposto no Estatuto dos Militares das Forças Armadas, no Decreto-Lei n.º 213/94, de 19 de agosto e no Despacho de S. Exa. o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 25/01, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pelo despacho de S. Exa. o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 82/05, de 22 de dezembro, torna-se público que se encontra aberto durante 15 dias úteis, após publicação no *Diário da República*, o concurso interno limitado aos militares da Marinha, para o preenchimento de 1 (uma) vaga, para admissão ao Curso de Formação Militar Complementar de Oficiais, que habilita ao ingresso

na categoria de Oficiais dos Quadros Permanentes (QP) na classe de Músicos (CFMCO MUS 2018).

1 — São admitidos ao concurso os sargentos e as praças da classe de músicos da Marinha que, tendo formalizado a sua candidatura, satisfaçam as seguintes condições:

a) Estar habilitado, à data do fecho do concurso, no mínimo com licenciatura, na área de música ou habilitação legalmente equivalente;

b) Ter idade não superior a 38 anos, em 31 de dezembro do ano do início curso (previsão em 2019);

c) Ter pelo menos 8 anos de prestação de serviço nos quadros permanentes, completados até 31 de dezembro do ano do início do curso (previsão em 2019).

2 — A candidatura ao concurso é formalizada em requerimento conforme modelo em anexo A. Os candidatos deverão fazer chegar à Direção de Pessoal, preferencialmente por correio eletrónico (dp.rrs.rec.int@marinha.pt) até à data de fecho do concurso, cópia digital do requerimento e de toda a documentação.

3 — Documentação a juntar ao requerimento:

a) Certificado de registo criminal;

b) Certificado de habilitação académica correspondente à indicada no aviso, o qual deve mencionar a respetiva classificação final;

c) “Curriculum Vitae” e outros documentos que comprovem o mérito profissional e científico do candidato, em particular os documentos que permitam proceder à “apreciação da vida militar” do candidato, conforme previsto no Despacho de S. Exa. o ALM CEMA n.º 25/01, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pelo despacho de S. Exa. o ALM CEMA n.º 82/05, de 22 de dezembro;

d) Declaração de consentimento prévio conforme anexo B.

4 — Todas as notificações assim como as convocatórias para provas serão efetuadas através do endereço de correio eletrónico (email) utilizado para efetuar a respetiva candidatura, sem prejuízo do uso do sistema de mensagens militar, bem como dos endereços de correio eletrónico individuais de Marinha.

5 — O concurso engloba as seguintes fases e provas conforme disposto no Despacho de S. Exa. o ALM CEMA n.º 25/01, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pelo despacho de S. Exa. o ALM CEMA n.º 82/05, de 22 de dezembro, a saber:

a) Prestação de provas de natureza técnico-profissional;

b) Realização de avaliação psicológica;

c) Apreciação da aptidão física e psíquica;

d) Apreciação da vida militar dos candidatos.

6 — Os candidatos que obtenham em qualquer uma das provas de natureza técnico-profissional classificação inferior a 10 valores, ou faltem às provas sem motivos justificados, são eliminados do concurso.

7 — O júri de seleção será constituído nos termos do ponto 16 do Despacho de S. Exa. o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 25/01, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pelo despacho de S. Exa. o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 82/05, de 22 de dezembro.

8 — O júri para a apreciação e a classificação dos candidatos nas provas de natureza técnico-profissional será constituído nos termos do ponto 8 do Despacho de S. Exa. o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 25/01, de 20 de abril, com as alterações introduzidas pelo despacho de S. Exa. o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 82/05, de 22 de dezembro.

9 — Contactos para esclarecimentos adicionais:

a) Centro de Recrutamento da Armada, Praça da Armada, 1350-027 Lisboa

b) Telefone: 213 945 596/213 945 501

c) Correio eletrónico: dp.rrs.rec.int@marinha.pt

ANEXO A

Exmo Senhor

Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada

.... (NII),... (POSTO),... (CLASSE),... (NOME COMPLETO),... (IDADE),... (ESTADO CIVIL),... (FILIAÇÃO),... (NATURALIDADE),... (N.º E DATA VALIDADE DO BILHETE DE IDENTIDADE MILITAR),... (RESIDÊNCIA),... (CONTACTO TELEFÓNICO),... (ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO), atualmente a prestar serviço no(a)...., requer ser admitido ao Concurso de Admissão ao Curso de Formação Militar Complementar de Oficiais (CFMCO) que habilita ao ingresso na Categoria de Oficiais dos Quadros Permanentes (QP) na